

Governo Trump versus IPCC

O Departamento de Energia dos EUA emitiu recente Relatório sobre a emissão de gases de efeito estufa e as mudanças climáticas (com o título *A Critical Review of Impacts of Greenhouse Gas Emissions on the U.S. Climate*, 23/07/2025). Inicialmente, nem abri o documento porque, sendo uma manifestação oficial da administração Trump, achei que só teria compromisso com o destino de 5% da população mundial que habita os EUA. Mas reconsiderarei porque não quero me encaixar no perfil polarizado do tipo “não li e não gostei”.

O Relatório concorda com o IPCC (sigla em inglês para Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima) no sentido de que a concentração de gases de efeito estufa na atmosfera está aquecendo o planeta. Mas discorda do prognóstico sobre o ritmo do aquecimento porque, segundo afirma, as previsões dos modelos climáticos globais do IPCC feitas com dados históricos enxergam um mundo mais quente do que foi efetivamente observado.

Pode haver alguma razão nessa alegação porque os modelos mais recentes do IPCC (CMIP6) foram ajustados para tornar as previsões mais verossímeis, acrescentando-se observações de temperatura, precipitação e circulação atmosférica. Consideram as retroalimentações climáticas, tanto o aumento da retenção do vapor d'água na atmosfera, que intensifica o efeito estufa, quanto na direção oposta, o aumento da nebulosidade, que intensifica a reflexão da radiação solar. Porém, esse tema - a dinâmica das nuvens - permanece sendo um dos aspectos mais complexos e incertos da modelagem climática.

O Relatório trata de diversos temas, ao longo de 12 capítulos. Destaco apenas um deles: o alegado “efeito benéfico” da abundância de CO₂ sobre o crescimento das plantas. O Relatório e o IPCC concordam que o aumento da concentração de CO₂ na atmosfera estimula a fotossíntese e conseqüentemente aumenta a produção de biomassa vegetal, sendo todo o resto constante. Concordam também que a fartura de CO₂ faz com que os estômatos das plantas permaneçam fechados por mais tempo, diminuindo a perda de água por transpiração. Porém, discordam quanto as conseqüências, sendo todo o resto variável.

O Relatório prognostica aumento de produtividade agrícola graças à predominância do efeito positivo - causado pelo aumento da fotossíntese - sobre o efeito negativo - causado pelo aumento da temperatura. Aponta também que a abundância de CO₂ melhora a eficiência hídrica das plantas, reduzindo a necessidade de irrigação. Já o IPCC, embora reconheça que a abundância de CO₂ possa ter efeito fertilizante e diminuir o uso da água em culturas como trigo e soja, enfatiza que esses benefícios são limitados por fatores como temperatura elevada, escassez de nutrientes e eventos extremos, como secas e ondas de calor (AR6 WGII – *Climate Change 2022: Impacts, Adaptation and Vulnerability*).

A diferença de visão entre o Relatório e o IPCC ultrapassa a fronteira da ciência. É mais um confronto entre os que atacam e os que defendem as políticas de mitigação de emissão de gases de efeito estufa, em escala global. Na falta de consenso, e a despeito do que gostaríamos que acontecesse, o Brasil tem que decidir pragmaticamente onde vai concentrar esforços, na mitigação ou na adaptação às mudanças climáticas. Eu penso que deveria ser na adaptação.

Gov. Trump versus IPCC

Diferença de visão entre relatório e painel ultrapassa a fronteira da ciência

Jerson Kelman

Engenheiro, foi professor da Coppe-UFRJ e dirigente de ANA, Aneel, Light, Enersul e Sabesp

O Departamento de Energia dos Estados Unidos emitiu recente relatório sobre a emissão de gases de efeito estufa e as mudanças climáticas (com o título "A Critical Review of Impacts of Greenhouse Gas Emissions on the U.S. Climate"). Inicialmente, nem abri o documento porque, sendo uma manifestação oficial do governo de Donald Trump, achei que só seria compromisso com o destino de 5% da população mundial que habita os EUA. Mas reconsiderarei porque não quero me encaixar no perfil polarizado do tipo "não li e não gostei".

O relatório concorda com o IPCC (sigla em inglês para Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima) no sentido de que a concentração de gases de efeito estufa na atmosfera está aquecendo o planeta. Mas discorda do prognóstico sobre o ritmo do aquecimento porque, segundo afirma, as previsões dos modelos climáticos globais do IPCC feitas com dados históricos enxergam um mundo mais quente do que foi efetivamente observado.

Pode haver alguma razão nessa alegação porque os modelos mais recentes do IPCC (CMIP6) foram ajustados para tornar as previsões mais verossímeis, acrescentando-se observações de temperatura, precipitação e circulação atmosférica. Consideraram as retroalimentações climáticas, tanto o aumento da retenção do vapor d'água na atmosfera, que intensifica o efeito estufa, quanto na direção oposta, o aumento da nebulosidade, que intensifica a reflexão da radiação solar. Porém, esse tema — a dinâmica das nuvens — permanece sendo um dos aspectos mais complexos e incertos da modelagem climática.

O relatório trata de diversos temas, ao longo de 12 capítulos. Destaco apenas um deles: o alegado "efeito benéfico" da abundância de CO₂ sobre o crescimento das plantas. O relatório e o IPCC concordam que o aumento da concentração de CO₂ na atmosfera estimula a fotossíntese e consequentemente aumenta a produção de biomassa vegetal, sendo todo o resto constante. Concordam também que a fartura de CO₂ faz com que os estômatos das plantas permaneçam fechados por mais tempo, diminuindo a perda de água por transpiração. Porém, discordam quanto às consequências, sendo todo o resto variável.

O relatório diagnostica aumento de produtividade agrícola graças à predominância do efeito positivo — causado pelo aumento da fotossíntese — sobre o efeito negativo — causado pelo aumento da temperatura. Aponta também que a abundância de CO₂ melhora a eficiência hídrica das plantas, reduzindo a necessidade de irrigação. Já o IPCC, embora reconheça que a abundância de CO₂ possa ter efeito fertilizante e diminuir o uso da água em culturas como trigo e soja, enfatiza que esses benefícios são limitados por fatores como temperatura elevada, escassez de nutrientes e eventos extremos, como secas e ondas de calor (AR6 WGII - "Climate Change 2022: Impacts, Adaptation and Vulnerability").

A diferença de visão entre o relatório e o IPCC ultrapassa a fronteira da ciência. É mais um confronto entre os que atacam e os que defendem as políticas de mitigação de emissão de gases de efeito estufa, em escala global. Na falta de consenso, e a despeito do que gostaríamos que acontecesse, o Brasil tem que decidir pragmaticamente onde vai concentrar esforços, na mitigação ou na adaptação às mudanças climáticas. Eu penso que deveria ser na adaptação.

Na falta de consenso, e a despeito do que gostaríamos que acontecesse, o Brasil tem que decidir pragmaticamente onde vai concentrar esforços, na mitigação ou na adaptação às mudanças climáticas

Petrobras libera início de obras de primeiros navios encomendados sob Lula 3

Embarcações construídas no RS e no RJ só serão concluídas após fim do mandato atual; governo promete de novo revitalizar indústria naval

INFRAESTRUTURA

Nicola Pamplona

RIO DE JANEIRO A Petrobras aprovou nesta terça (19) etapa que libera o início das obras dos primeiros navios encomendados a estaleiros brasileiros sob o terceiro governo Lula (PT), que promete novamente revitalizar a indústria naval brasileira.

Cerca de seis meses após assinatura do contrato, que foi celebrada em cerimônia com Lula em fevereiro, a estatal aprovou sua eficácia, o que permite a liberação da primeira parcela de recursos ao consórcio vencedor da licitação, formado pelos estaleiros Rio Grande e Mac Laren.

São quatro navios para o transporte de combustíveis, encomendados por R\$ 16,5 bilhões: pela Transpetro, subsidiária logística da estatal. Não há mais chance de entrega de nenhum deles no mandato atual, já que o contrato dá ao consórcio 999 dias para finalizar a primeira embarcação.

O presidente da Transpetro, Sergio Bacci, disse nesta terça, porém, que vai trabalhar para que um deles seja ao menos lançado ao mar ainda nesta gestão. "É evidente que não é um prazo fácil de cumprir", afirmou ele, na feira Navalshore.

O lançamento ao mar é feito com o navio ainda inacabado, mas já em condições de flutuar,

para liberar espaço no dique para a montagem de outro casco.

Lula e sua sucessora, Dilma Rousseff, participaram de diversas cerimônias de lançamento de navios durante os primeiros governos petistas, que apostaram na retomada da indústria naval como fator de geração de empregos.

A mais polêmica delas envolveu o navio João Cândido, primeiro petroleiro construído em Pernambuco, que foi lançado ao mar apressadamente em 2010 para garantir palanque à campanha de Dilma e depois passou mais dois anos no estaleiro até ser concluído.

O contrato com o consórcio formado por Rio Grande e Mac Laren prevê que quase todas as obras serão feitas em Rio Grande (RS), com finalização nas instalações do Mac Laren em Niterói (RJ). Após a primeira entrega, o consórcio terá seis meses para concluir cada navio restante.

R\$ 16,5 bilhões

é o valor encomendado pela Transpetro, subsidiária logística da Petrobras, para a construção de quatro navios para o transporte de combustíveis. Consórcio vencedor da licitação é formado pelos estaleiros Rio Grande e Mac Laren

Com a declaração da eficácia do contrato nesta terça, a Transpetro pagará o sinal, que representa 5% do valor total do contrato, o equivalente a R\$ 80 milhões. O restante é liberado de acordo com o avanço físico das obras.

Essa primeira licitação sob Lula 3 teve apenas um consórcio interessado. O mesmo ocorreu com uma concorrência para a compra de quatro barcaças para o transporte de combustíveis aberta neste ano, que acabou sendo cancelada porque o único consórcio que apareceu ofereceu preço acima do esperado.

A Transpetro reabriu a licitação, oferecendo todas as 20 barcaças previstas por seu plano de estria nesse segmento, esperando que a maior escala reduza o preço unitário de cada embarcação. Bacci afirmou que espera concorrência também para dois leilões de navios gasoeiros lançados em fevereiro. "Tem muitos estaleiros consultando [informações sobre a licitação]. Então, a gente acha que terá mais estaleiros participando do processo licitatório."

O prazo para a entrega de propostas foi adiado duas vezes: agora, é 22 de setembro. A Transpetro prevê lançar uma nova licitação para quatro navios de combustíveis ainda em 2025 e tenta emplacar outros nove em 2026, mas os leilões dependerão do novo plano de negócios da Petrobras.



PROVA AMB, AMRIGS, ACM E AMMS 01/2025
AMB – ASSOCIAÇÃO MÉDICA BRASILEIRA
AMRIGS – ASSOCIAÇÃO MÉDICA DO RIO GRANDE DO SUL
ACM – ASSOCIAÇÃO CATARINENSE DE MEDICINA
AMMS – ASSOCIAÇÃO MÉDICA DE MATO GROSSO DO SUL

Extrato do Edital de Abertura Unificado nº 01/2025

A Associação Médica Brasileira, a Associação Médica do Rio Grande do Sul, a Associação Catarinense de Medicina e a Associação Médica de Mato Grosso do Sul, tornam público aos interessados a abertura das inscrições para Seleção de candidatos a Programas de Residência Médica (PRM): Autovagação, Acesso Direto, Pré-requisito e Curso de Especialização. O Processo Seletivo Público reger-se-á nos termos da legislação vigente e pelas normas contidas no Edital de Abertura Unificado e pelas editais de cada instituição participante. O Processo Seletivo Público será realizado sob a coordenação técnico-administrativa da Fundação Universidade Empresa de Tecnologia e Ciências – FUNDATEC. **Informações Gerais:** As inscrições ficarão abertas no período de 09/09 (às 10h) a 24/10/2025 (até às 17h) e serão efetuadas exclusivamente pela internet, nos endereços www.amr.org.br, www.acm.org.br e www.amms.com.br. Data provável da aplicação da prova: 29/11/2025. O Edital de Abertura será disponibilizado na íntegra nos sites: www.amr.org.br, www.acm.org.br e www.amms.com.br. Maiores informações: (51) 3320.1044 e (51) 3320.1060 ou <http://fundatec.org.br/portal/contato/contatos>.

Porto Alegre, 04 de setembro de 2025.

Dr. Antônio Carlos Weston
Coordenador da Prova

Dr. Cesar Eduardo Fernandes
Presidente da AMB

Dr. Gerson Junqueira Jr.
Presidente da AMRIGS

Dr. Justiniano Barbosa Vavas
Presidente da AMMS

Executora: 